

AVC 98

Anistia para micros pode ser parcial

O Governo concorda em conceder uma anistia da correção monetária de até 100 milhões de OTNs aos micros, pequenos e médios empresários que contraíram empréstimos durante o Plano Cruzado. Os banqueiros estariam dispostos a cobrir até 30 por cento desse valor. Esta proposta já está em poder do líder do Governo na Câmara, Deputado Carlos Sant'Anna, que foi autorizado pelo Palácio do Plalto a negociar com os autores das três emendas de anistia em exame pela Constituinte.

O chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, ministro Ronaldo Costa Couto, deu essa informação, pela manhã, ao deputado Benito Gama, do PFL da Bahia. À tarde, o ministro confirmou que o líder Carlos Sant'Anna já está de posse de uma solução alternativa que seja suportável pelo Tesouro Nacional e que contente as empresas viáveis. A intenção do Governo, segundo o ministro, é de procurar salvar apenas aquelas empresas consideradas viáveis e que não tiveram problemas administrativos ou de mercado. A ajuda será somente para os que se complicaram com o aumento constante dos juros sobre os empréstimos.

Ao receber os deputados Oswaldo Coelho (PFL-PE) e Ubiratan Aguiar (PMDB-CE) o presidente José Sarney anunciou que voltaria a discutir a questão da anistia com o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, que fechou questão contra o pleito dos empresários corporificado nas emendas do senador Mansueto de Lavor e dos deputados Humberto Souto e Ziza Valadares, o primeiro do PMDB de Pernambuco e os dois últimos do PFL e do PMDB de Minas Gerais, respectivamente.

A Oswaldo Coelho, o Presidente disse que o Governo está avaliando as emendas e "quer contribuir para a solução" do problema, e ao

deputado Ubiratan Aguiar informou que poderá rever a posição assumida pelo ministro da Fazenda que estima em 10 bilhões de dólares o rombo que a anistia causará ao Tesouro Nacional. Não existe de parte do Governo qualquer intenção de conceder anistia total da correção monetária: Solução virá pelo exame caso a caso da situação dos devedores.

MENSAGEM

Os líderes do Governo na Câmara e no Senado, Carlos Sant'Anna e Saldanha Derzi, admitiram ontem que o Governo poderia tomar a iniciativa de remeter uma mensagem em caráter de emergência ao Congresso tratando da anistia, mas eles não acreditam que a solução venha por decreto-lei, como chegou a ser sugerida por uma pequena fração de políticos que se envolveram nas negociações.

Enquanto aguarda para hoje a tarde os novos números que os técnicos do Ministério da Fazenda estão apurando sobre o montante da anistia aos micros e pequenos empresários — cálculo necessário depois que os autores das emendas anunciaram a fusão — os líderes governistas acham impossível qualquer posicionamento a respeito da matéria. Mas não se cansam de reconhecer que sem negociação a fusão de emendas será aprovada.

O senador Mansueto de Lavor e os deputados Humberto Souto e Ziza Valadares encaminharam ontem à tarde à mesa da Constituinte o requerimento para a fusão das emendas, cujo texto final só será entregue na próxima semana. Eles estimam que a votação seja realizada na terça-feira, e, por isso, vão usar os próximos dias para caprichar na redação. Também permanecem firmes na disposição de evitar reuniões de negociação, pois estão seguros de que a fusão detém a simpatia da maior parte dos constituintes.

Bancos não querem quorum

O presidente da Confederação Nacional das Micro e Pequenas Empresas (Conampe), Pedro Cascaes, revelou ontem que os banqueiros estão sugerindo aos constituintes que não compareçam ao plenário no dia da votação da emenda que concede anistia aos pequenos e microempresários sobre a correção monetária referente às dívidas contraídas durante o Plano Cruzado.

Cascaes denunciou que a transferência de recursos dos pequenos e microempresários até o momento é a maior já verificada na história do País. Segundo ele, os bancos arrecadaram cerca de 7,5 bilhões de dólares com a cobrança da correção monetária e execução judicial dos bens dos devedores. "Eles não sabem o que fazer com os ati-

vos que possuem hoje em dia, como casas, lojas, equipamentos e outros bens tomados das pequenas e microempresas que não saldaram suas dívidas", disse ele.

Pedro Cascaes também afirmou que os bancos podem lançar como prejuízo as dívidas n-ao pagas e a partir disso descontar o prejuízo no Imposto de Renda. Só que os prejuízos, segundo ele, na verdade não ocorreu, pelo fato dos bancos continuarem cobrando e executando os empresários. "Com a Resolução 1334 do Banco Central, do ano passado, os bancos arrecadaram perto de Cz\$ 200 bilhões. E exatamente essa quantia que representa a anistia a ser concedida ao setor", afirma Cascaes.

PT é a favor de auditoria

A bancada do Partido dos Trabalhadores na Assembleia Nacional Constituinte não votará a favor de uma anistia irrestrita para os pequenos e médios empresários que fizeram dívidas durante o Plano Cruzado. "Somos a favor de uma auditoria para saber quem realmente precisa de ajuda e achamos que o pequeno produtor rural merece uma especial atenção, já que sua situação é muito difícil", afirmou ontem o presidente do PT, Olívio Dutra.

De acordo com o dirigente petista, as três propostas sobre a anistia das dívidas ou da correção monetária provocariam um rombo nas finanças públicas. Os parlamentares do PT examinaram os dados fornecidos pelo Banco Central e consideram que os bancos estatais concentram a

maior parte dos débitos com possibilidade de serem anistiados.

O presidente do PT acha que há pequenos empresários enfrentando dificuldades para saldar suas dívidas, mas seria necessário um exame para verificar a real necessidade de uma anistia. "Estamos desconfiados, porque a Constituinte se recusa a conceder a anistia política, mas abre as mãos generosas para conceder uma anistia financeira", afirmou Olívio Dutra. Assessores do PT acham que no meio da anistia que está sendo proposta "tem muita picaretagem". Para a bancada do PT cabe perguntar neste momento quem vai pagar a conta da anistia e quem vai pagar aos trabalhadores os prejuízos causados pelos diversos pacotes salariais lançados pelo Governo desde o Plano Cruzado.